

# Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados

**Leticia de Luna Freire**

Doutoranda em Antropologia (PPGA-UFF). Pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ)

Com base no trabalho de campo realizado em Acari, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o artigo descreve as formas de apropriação e classificação dos espaços pelos moradores daquela localidade, com ênfase nos efeitos da implantação do Programa Favela-Bairro. Uma vez que este programa visa *transformar a favela em bairro popular*, por meio tanto de intervenções no espaço físico quanto de um trabalho educativo junto aos que o habitam, a investigação dos diferentes sentidos das categorias *favela* e *bairro* entre os moradores e os agentes do poder público torna-se fundamental para compreender o processo da intervenção urbana.

**Palavras-chave:** favela, bairro, comunidade, Programa Favela-Bairro

The article **Favela, neighborhood or community? When urban policy becomes a policy of meanings** describes, based on fieldwork held in Acari, in Rio de Janeiro, the appropriation and classification of the space by its inhabitants, focusing on the effects of Favela-Bairro (favela-to-neighborhood) Project. Since this project intends to change favela into a popular neighborhood by intervention in physical space as well as educating people, to investigate the different senses of the terms *favela* and *neighborhood* among inhabitants and agents of public power becomes central to understand processes of the urban intervention.

**Key words:** favela, neighborhood, Favela-Bairro Project

**A** pesar de sua grande contribuição econômica, política e cultural para a cidade, as favelas do Rio de Janeiro são, desde seu surgimento, na passagem para o século XX, percebidas como espaços indesejáveis. Se, por um lado, elas vêm sendo cada vez menos percebidas como problema eminentemente sanitário ou moral, por outro aparecem hoje com frequência na mídia como o foco transmissor da violência e da criminalidade<sup>1</sup>.

A persistência dessa representação negativa das favelas e seus habitantes remete a sua história como objeto de diferentes modalidades de controle, seja por parte do poder público, seja por parte de instituições sociais, como a Igreja Católica. Diversos estudos realizados desde a década de 1970 por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (PERLMAN, 1977; VALLADARES, 1978, 2005; LEEDS & LEEDS, 1978; VALLA, 1986; BURGOS, 1998; SILVA, 2005, entre outros) permitem-nos reconstituir esse percurso, evidenciando as representações que regeram (e regem)

Recebido em: 19/10/08

Aprovado em: 18/11/08

<sup>1</sup> É interessante notar a persistência dessa representação por meio das cartas de leitores dos jornais. No jornal O Globo, uma leitora acusa as favelas de estabelecerem um clima de guerra na cidade, defendendo sua extinção como a solução para o problema da insegurança da classe média urbana: "É urgente remover favelas, barreiras humanas para encastelar traficantes, palco de tragédias em épocas de chuva, exemplos internacionalmente divulgados da péssima qualidade de vida que nossa sociedade oferece aos seus pobres. Nossas favelas hoje só atendem aos interesses de políticos,

religiosos e bandidos. Para os cariocas, andar por vias expressas cercadas de favelas como Avenida Brasil, linhas Amarela, Vermelha e outras é como andar em Bagdá” (23/01/04).

2 Conhecido como Rio-92 ou Eco-92, o evento visava definir acordos internacionais sobre questões ambientais.

3 A importância desses dois eventos se deve à legitimação de uma tendência de atuação do poder público no que tange ao tratamento da questão. Ao mesmo tempo que o seminário promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no contexto da Rio-92 concluiu que as integrações física e social das favelas só seriam possíveis mediante a articulação entre as instituições que desenvolviam o trabalho físico, atreladas aos promotores de ações sociais de educação, saúde e cultura, o documento final do Plano Diretor Decenal da Cidade reconheceu o problema das favelas e loteamentos irregulares como questão de suma importância para o futuro do município, definindo como meta a integração das favelas à vida social e política da cidade. Além desses eventos, a Lei Orgânica Municipal, promulgada dois anos antes, definiu como um dos preceitos da política de desenvolvimento urbano (item VI do artigo 429) a “urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes”.

as intervenções do Estado sobre esses espaços. Não obstante as diferentes perspectivas, todos esses trabalhos têm em comum o fato de apontar que a descoberta da favela pelo poder público como um “problema” surgiu muito mais do incômodo que esses aglomerados urbanos causavam à urbanidade do que de uma postulação de seus habitantes ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos de cidadania.

Criado pela prefeitura do Rio em 1993 com o objetivo de “integrar as favelas à cidade”, o Programa Favela-Bairro resulta de um processo progressivo de avaliação das dificuldades e limites das experiências empreendidas até a década anterior, especialmente do fracasso e alto custo político das políticas remocionistas (VALLADARES, 1978), assim como da necessidade de consolidar experiências pontuais de urbanização consideradas bem-sucedidas, tais como aquelas desenvolvidas pela antiga Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), em 1968, e pelo Projeto Mutirão, desenvolvido pela prefeitura no início dos anos 1980, utilizando a mão-de-obra local para realizar obras de infraestrutura nas favelas. De maneira geral, pode-se dizer que o Favela-Bairro surgiu da percepção, no âmbito municipal, de que era preciso criar uma forma de intervenção global nas favelas que promovesse sua integração e não mais a sua remoção, concentrando esforços de diversos órgãos e secretarias. Esta mudança na orientação político-administrativa da prefeitura ganhou força com a realização do Primeiro Seminário sobre Áreas Favelizadas, Política de Urbanização e Meio Ambiente, no contexto da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento<sup>2</sup>, realizada em 1992 na cidade, e com as discussões em torno da elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade, sancionado no mesmo ano (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2003)<sup>3</sup>.

Originalmente, o Programa Favela-Bairro é um dos sub-programas de regularização de favelas criados durante a primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1997), voltado para aquelas favelas que possuem entre 500 e 2.500 unidades habitacionais. Financiado em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ele é hoje, porém, considerado o carro-chefe do conjunto dos programas levados a cabo pela atual Secretaria Municipal de Habitação. Seu objetivo institucional é “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais

de leitura da favela como bairro da cidade” (GEAP, 1993, *apud* CARVALHO *et al*, 1998, p. 38), ou, da forma como é frequentemente divulgado, “transformar as favelas em bairros populares” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2002).

É justamente sobre essa transformação da favela em bairro que versa este trabalho, interessando-me aqui identificar as diferentes leituras que se pode ter desses termos. A partir de um trabalho de campo empreendido por dois anos (2003-2005) em Acari, durante a implantação do programa na localidade, realizei uma etnografia do processo de transformação dessa “favela” em um “bairro”, tal como proposta pela prefeitura, seguindo os atores em ação (LATOURET, 2000) e acompanhando os efeitos de suas ações na própria formatação da intervenção urbana. Centrarei aqui, entretanto, a análise dos diversos sentidos atribuídos às categorias “favela” e “bairro” entre os diferentes atores e suas implicações nas formas de conceber e habitar a cidade, em especial nas representações e usos do espaço da “rua”. Começo por apresentar brevemente o campo.

Localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, Acari é uma região ocupada em geral por uma população com baixo poder aquisitivo e pouca qualificação profissional. Registrado na 25ª Região Administrativa, o bairro de Acari consiste em uma área fundamentalmente residencial de quadras planejadas, mas que também engloba favelas, como Furão, Beira Rio e Parque Acari, totalizando uma população de 24.650 habitantes e com densidade demográfica de 153,53 hab/Km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE de 2000. Já Complexo de Acari refere-se, por sua vez, ao conjunto de quinze favelas da região, sendo esta denominação notadamente mais utilizada pela instituição policial, que concebe essas áreas como seus focos de atuação no que tange a segurança pública e, sobretudo, combate ao tráfico de drogas. A localidade de Acari que nos interessa aqui, porém, é aquela onde houve a intervenção do programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação. Geograficamente, esta é uma região plana com poucas elevações, situada a cerca de 20Km do Centro da cidade, no cruzamento de duas importantes rodovias: a Avenida Brasil, que liga a Zona Oeste e grande parte da Zona Norte ao Centro, e a Avenida Automóvel Clube, que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense. Paralelamente a esta segunda avenida, há uma estação da linha 2 do metrô (Acari/Fazenda Botafogo), ligando Acari também a outros bairros da Zona Norte e ao Centro.



A localidade começou a ser ocupada na década de 1940 por migrantes do Nordeste e de outros estados do Sudeste que vinham para a região em busca de trabalho no incipiente setor industrial. Nessa época, a localidade era “um verdadeiro brejo”, como me diziam antigos moradores. Com a inauguração da Avenida Brasil e o crescente desenvolvimento de indústrias na região, a localidade começou a se expandir e a se diferenciar cada vez mais internamente. Segundo a explicação resumida de um antigo morador a respeito das transformações sofridas pela localidade, “Acari era um povoado, hoje é uma cidade”.

Nas representações de seus moradores, não é apenas pela dimensão e complexidade que adquiriu ao longo dos anos que Acari é comparado a uma “cidade”, mas por configurar em seu interior o processo dinâmico de hierarquização dos espaços urbanos. Acari consiste na composição de quatro localidades distintas, cada uma contando com uma associação de moradores própria: o Conjunto Residencial Areal; e as favelas Parque Acari; Vila Rica de Irajá; e Vila Esperança. Na verdade, a própria delimitação dessas localidades é bastante difícil de ser percebida por quem é “de fora”, uma vez que o que se nota à primeira vista é muito mais uma continuidade dos espaços do que a existência de fronteiras físicas bem demarcadas. Somente ao longo de um trabalho de campo sistemático em que o etnógrafo possa se familiarizar com o ponto de vista nativo é possível compreender aquilo para o que Souza (2001) já havia chamado a atenção anteriormente em sua pesquisa: mais do que físicas, em Acari as fronteiras são sobretudo simbólicas.

Devido a seu grau mais elevado de urbanização e maior disponibilidade de bens e serviços, Parque Acari é comumente representado pelos moradores como “a Zona Sul” de Acari, assim como seus moradores são vistos como similares a uma classe média urbana, com maior poder aquisitivo e melhores condições de moradia. Não temos dados suficientes para avaliar a correspondência empírica dessa classificação, mas entendemos que tal denominação não faz referência apenas a características materiais da localidade, mas a aspectos morais de sua população, que com frequência compartilha de valores semelhantes aos da classe média carioca em geral, que vê a favela e seus moradores com maus olhos. Buscando um reconhecimento enquanto uma certa elite de Acari, esses moradores acabam assim criando for-

mas de se diferenciar daqueles que consideram ser verdadeiramente “os favelados”<sup>4</sup>. É nesse sentido que há, por sua vez, uma representação negativa das localidades de Vila Rica e Vila Esperança e de seus moradores, atribuída à maior incidência de sinais de pobreza, como a maior precariedade de construção das moradias, dos becos e vielas de terra batida, além da maior presença das chamadas “bocas de fumo”. No caso de Vila Esperança, que é a localidade mais recente, prevalece ainda em algumas áreas uma ambiência que nos remete à paisagem evocada por moradores antigos do início da ocupação da região, com barracos de madeira, criação de porcos e galinhas etc. É diante desse complexo sistema classificatório simbólico, em que Acari é concebida como uma “cidade” no interior da cidade, que os moradores costumam se referir a Parque Acari como a “Zona Sul”, Vila Rica como o “subúrbio” e Vila Esperança como “a Zona Oeste” de Acari, reproduzindo, no âmbito local, as divisões moralmente hierarquizadas da cidade do Rio de Janeiro.

Para a prefeitura, no entanto, as grandes heterogeneidades sociais desta localidade são geralmente desconsideradas. Devido a sua relevância antropológica, dedicaremos aqui nossa atenção a esse confronto de percepções e sistemas classificatórios entre os representantes do poder público e a população local, iluminado a partir do processo da intervenção urbana.

Começo agora por descrever o entendimento dos representantes da prefeitura sobre o que vem a ser “favela” e, por conseguinte, “bairro”.

De modo geral, prevalece para o poder público a forma de compreensão e classificação dos diferentes espaços urbanos baseada em definições construídas prioritariamente em função de suas características ocupacionais, legais e estruturais. Enquanto instrumento de legitimação da política urbana municipal, o Plano Diretor oferece a definição oficial desses espaços que deve guiar as ações do poder público. Para o planejamento e controle do desenvolvimento urbano, o território da cidade encontra-se dividido em Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA), Unidades Espaciais de Planejamento (UEP) e bairros. De acordo com o quarto parágrafo do artigo 42 do Plano Diretor (1992, p.25), “os bairros correspondem a porções do território que reúnem pessoas que utilizam os mesmos equipamentos co-

4 Os significados e os usos desta terminologia serão discutidos mais adiante.



munitários, dentro de limites reconhecidos pela mesma denominação”. Já no capítulo que trata da política habitacional como forma de “assegurar o direito social de moradia e reduzir o déficit habitacional”, o artigo 138 do Plano Diretor (1992, p. 64) define como seus objetivos:

- I - Utilização racional do espaço através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra e simplificando as exigências urbanísticas, para garantir à população o acesso à moradia com infra-estrutura sanitária, transporte e equipamentos de educação, saúde e lazer;
- II – Relocalização prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação e utilização imediata e adequada;
- III – Urbanização e regularização de favelas e de loteamentos de baixa renda;
- IV – Implantação de lotes urbanizados e de moradias populares;
- V – Geração de recursos para o financiamento dos programas definidos no artigo 146, dirigidos à redução do déficit habitacional e à melhoria da infraestrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda.

Para fins de implementação do programa de urbanização e regularização fundiária das favelas – representado pelo Favela-Bairro –, o artigo 147 do Plano Diretor (1992, p. 67) define favela como:

Área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais.

Como podemos notar nessa definição, as favelas são concebidas pelo poder público a partir de aspectos prioritariamente ocupacionais, estruturais e legais, sendo o termo utilizado para denominar espaços que se caracterizam pela “precariedade”, “irregularidade” e “desconformidade”. Ou seja, as favelas são vistas como espaços que crescem e se perpetuam marcados por uma virtualidade negativa, conforme refletem as palavras acima destacadas. Tais idéias coadunam-se com a definição dada pela engenheira da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) por nós

entrevistada. Após titubear na resposta, repetindo com surpresa a nossa pergunta (“O que é favela? Boa pergunta...”), enfim responde: “Favela, na realidade, é uma área que não tem urbanização, é uma área de invasão basicamente, sem infraestrutura, área que não tem legalidade”. Em suma, na definição da prefeitura, a que pauta suas ações nesses espaços, permanece a visão da favela como um espaço desviante do conjunto de normas que regem os bairros e a cidade como um todo.

Na proposta de fazer valer para as favelas as normas e padrões oficiais que guiam (ou devem guiar) as ações da prefeitura no meio urbano, as agentes comunitárias de habitação<sup>5</sup> desempenham um papel fundamental. Em geral, são moradoras da própria localidade na qual esteja em curso a intervenção ou de outras áreas consideradas “informais” da cidade e que são contratadas temporariamente pela administração municipal para atuar como “ponte entre a prefeitura e a comunidade” (FREIRE, 2005). Além de representarem um elo de interlocução entre os dois atores, promovendo sua integração e o repasse de informações, as agentes comunitárias têm como uma de suas funções repassar e discutir com os moradores informações e conhecimentos sobre o ambiente urbano e sobre condutas individuais e coletivas em relação à localidade atendida.

Em uma das reuniões com os moradores das quais participei, uma agente comunitária tentava a todo tempo convencê-los de um certo sentido de “favela”, afirmando que “favela é um lugar onde ninguém respeita o espaço de ninguém, com um monte de barracos juntos, ‘puxadinhos’... onde o *morador não entende nada de espaço*” (grifo meu). Assim, tentava-se, muitas vezes com sucesso, sobrepor aos moradores a concepção negativa de favela como local da desordem urbana, em que predomina a ausência de normas e limites, e onde o público e o privado se confundem.

Por meio da capacitação que recebiam de uma organização não-governamental, as agentes (como disse, em sua maioria moradoras de favelas) passavam a conhecer, incorporar e difundir os princípios racionalistas que norteiam as ações do poder público na cidade, na “busca pela forma urbana perfeita para o conteúdo visado” (MELLO, VOGEL *et alii*, 1981)<sup>6</sup>. Uma de suas funções, portanto, era justamente propagar esses princípios entre os moradores das áreas atendidas pelo Programa Favela-Bairro, garantindo “o uso adequado dos equipamentos

5 Segundo material de divulgação do CIEDS, organização não-governamental que coordena o trabalho dos cerca de 150 Agentes Comunitários envolvidos nos programas habitacionais da prefeitura, 90% deles são do sexo feminino, com escolaridade média de 13 anos de estudo e idade entre 30 e 40 anos.

6 Segundo os autores, no discurso progressista e racionalista arquitetônico e urbanístico contemporâneo, planejar significa “distinguir e separar as funções, inventar e designá-las a espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível” (p.134). O planejamento não deve, porém, ser entendido como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico. A questão crucial deve ser sempre como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos.

implantados na comunidade através de um trabalho educativo”<sup>7</sup>. Com o propósito de provocar uma “mudança de atitude”, as agentes orientavam os moradores sobre em que áreas poderiam fazer uso particularizado do espaço, como o interior ou quintal de suas casas, e em que áreas não poderiam construir ou se apropriar para fins privativos, como as ruas e praças. Validando a importância desse trabalho educativo, um líder comunitário afirmava-nos que “o Favela-Bairro muda toda a estrutura da comunidade, e, por isso, o morador também tem que ser educado para se adaptar a essa nova estrutura”.

Essa reeducação em relação aos usos dos espaços da localidade era, no entanto, experienciada pelos moradores de maneiras bastante diversas. Alguns a recebiam aparentemente sem crítica ou resistência, incorporando talvez para si a identidade de cidadão incompetente, que por “não entender nada de espaço” não sabe nele se comportar adequadamente, devendo para tanto ser educado por aqueles que detêm tal competência. Já outros moradores percebiam esse trabalho educativo das agentes comunitárias como uma forma autoritária de desapropriação dos usos cotidianos que faziam desses espaços. Certa vez, uma moradora que foi interpelada por uma agente por ter deixado sacos de cimento em frente à sua casa, que estava em obra, expressou-se bastante incomodada com a ação educativa, enunciando em voz alta e tom irônico a seguinte frase, não apenas à agente, mas a todos os demais *proprietários naturais da rua* (JACOBS, 2000) que, por sua própria presença ali, também participavam da cena: “É, agora quem manda na rua é o Cesar Maia, né?”. Informada pela agente da possibilidade de receber uma multa pelo uso privativo da via pública, a moradora optou, naquela situação, por atender à sua solicitação. De todo modo, o que me parece interessante aqui destacar é o quanto a irônica frase dessa moradora é demonstrativa daquilo que Kant de Lima (2001) muito apropriadamente já destacou em suas pesquisas: que, no Brasil, por contraste com outras sociedades democráticas, como a norte-americana, a noção de espaço público está diretamente relacionada à figura do Estado, submetido ao “seu” controle e às “suas” regras, e não a uma concepção de espaço coletivo, no qual as regras são universalmente conhecidas e acessíveis a todos os cidadãos. Assim, mais do que sua transformação em coisa pública, na percepção da moradora a rua havia apenas mudado de dono. Se antes da in-

7 Documento do setor de Participação Comunitária da SMH, que nos foi entregue pessoalmente sobre as atividades dos Agentes Comunitários de Habitação.



tervenção urbana ela pertencia aos próprios moradores, agora ela pertencia ao prefeito da cidade, ficando submetida ao controle e às regras impostas por ele.

Mais do que um espaço físico da localidade, a rua enquanto um *lugar* (BRIGGS, 1972) permite-nos vislumbrar de modo ainda mais evidente o contraste de percepções entre os diferentes atores quanto aos seus significados. Apesar da escassez, apontada pelos técnicos do Programa Favela-Bairro, de espaços construídos exclusivamente para o lazer em Acari, as ruas e lajes das residências representam espaços importantes para essa função, especialmente para as crianças, que a qualquer hora do dia podem nelas ser vistas cultivando brincadeiras tradicionais como rodar pião, jogar futebol e soltar pipa, sem contar as festas que eventualmente nelas têm lugar. Conforme mostraram Mello, Vogel *et alii* (1981) em um estudo sobre o uso dos espaços coletivos para fins de lazer no bairro do Catumbi, o princípio da diversidade dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade, concedendo à rua uma multiplicidade de significados ligados a seus usos contextuais. Tal como os autores perceberam no Catumbi, em Acari a mistura também não é um acidente, mas o estilo da vida urbana nesse local. Assim, as ruas da localidade permitem a coexistência de diversas atividades e funções: de pátio para as crianças brincarem, sozinhas ou acompanhadas de outras crianças; de extensão da casa para as mulheres, que puxam seus banquinhos para fora para papear com as vizinhas, fazer as unhas e observar o movimento da rua; de local de trabalho para vendedores ambulantes, que circulam com suas bicicletas vendendo em grandes cestas uma variedade de pães e doces; de local para a atuação ilegal dos traficantes de drogas, que privatizam pontos estratégicos das ruas para também vender seus produtos; de palco de confronto entre policiais e bandidos, durante as situações de conflito armado; ou simplesmente de local de passagem para os transeuntes, automóveis e ciclistas que por ali transitam em seus percursos diários. De acordo com o contexto, algumas atividades podem excluir outras, como ocorre durante as imprevisíveis “invasões” policiais de repressão ao tráfico de drogas, que, pela possibilidade de haver tiroteios, afastam repentinamente os demais personagens desse agitado teatro da rua, passando esta a ser imedia-



tamente qualificada pelos moradores como perigosa. Num período de sucessivas incursões policiais na localidade, por exemplo, ouvi certa vez um menino de dez anos lamentar o fato de que sua mãe não o permitia mais ficar brincando com os seus colegas na rua, onde passava diariamente as tardes após a volta da escola. Tal era o seu desagrado com essa medida materna de segurança que chegou a me dizer que, para ele, o que havia de pior em morar em Acari era “não poder mais brincar na rua”.

Para a prefeitura, entretanto, a rua é o espaço público por excelência, devendo por ela e as demais esferas governamentais ser gerido e controlado, não podendo ser ocupado por ninguém de forma particularizada e se opondo, nesse caso, ao espaço privado da casa, estabelecido como inviolável pela Constituição Federal. Como já ressaltou DaMatta (1987), como categorias sociológicas, “casa” e “rua” não designam apenas espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social. Em sua proposta de transformar a favela em bairro, o programa em questão visa a definir os limites das esferas de ação e responsabilidade do poder público e dos cidadãos. Nas palavras da engenheira entrevistada, a intervenção urbana tem como objetivo “definir o que é público e o que é privado na favela, quer dizer, definir até onde é responsabilidade da prefeitura fazer e até onde é responsabilidade do morador”.

Todavia, entre os moradores de Acari, as categorias “favela” e “bairro”, bem como as “público” e “privado”, flutuam por muitas outras dimensões simbólicas. Os critérios classificatórios não são rígidos ou estáveis e tampouco se reduzem a uma tentativa de atribuir uma pretensa natureza física e organizacional a esses espaços. Dependendo das relações e forças em jogo, as categorias podem transmutar por sentidos diversos, que por vezes se distanciam, por outras se aproximam.

Assim como a administração municipal, alguns moradores de Acari reconhecem nas características ocupacionais e legais elementos que distinguem favela e bairro. Segundo a descrição de uma moradora, “favela é um monte de gente sem nenhuma educação, casas com gatos de luz e água, casas coladas uma na outra...” Como se pode notar, esse primeiro sentido presente entre os moradores é o que a define como espaço de caos urbano, de irregularidade e ilegalidade, em oposição ao espaço regular e ordenado dos

bairros – sentido semelhante ao que é, portanto, difundido por urbanistas e planejadores racionalistas, que insistem em dividir a cidade em espaços “formais” e “informais”. Ainda nessa concepção, um outro aspecto enunciado pelos moradores como aquilo que caracteriza uma favela e a distingue de um bairro é a presença do “movimento”<sup>8</sup>, que, face à ausência do Estado, atuaria como impositor de regras e regulador de conflitos na localidade. A redação de uma moradora de 18 anos elucida melhor esse aspecto :

Eu vejo Acari [*como*] uma favela pobre, como são a maioria das favelas, Acari é uma favela muito boa de se morar, isto é, quando não se tem tiroteios. Quase todos os bandidos que tem respeitam os moradores, principalmente o responsável pela favela. Morador só é violentado quando faz fofoca ou quando arruma briga, que eles mandam raspar o cabelo, assim é que eu vejo o Acari.

Não é à toa, portanto, que os chefes das quadrilhas de traficantes costumam ser chamados pelos moradores dessas localidades de “o dono da favela”. Como resumiu uma outra moradora, “favela é um lugar sem governo, onde os meninos [*traficantes*] fazem o que querem”. Penso que talvez a palavra “governo” deva ser aqui entendida em seu duplo sentido, significando tanto direção, condução, quanto a administração pública, ou seja, o Estado propriamente dito.

Já o discurso de outra jovem, de 15 anos, evidencia aspectos mais complexos do papel social desempenhado pelos traficantes, unindo ações assistenciais e vigilância dos moradores, fazendo neles coabitar simultaneamente os sentimentos de proteção e medo:

Apesar das dificuldades em nossa comunidade, nós, jovens, temos a oportunidade de fazer diversos cursos. Sabemos que não nos levará para um emprego, mas já saberemos nos comportar em um. Temos também os bailes, os pagodes, as feirinhas onde nós podemos nos divertir. Aqui nós podemos andar de bicicleta, patins, patinete e várias outras coisas que podemos fazer nas praças, apesar que sabemos que nas praças mora o perigo, pois os traficantes estão prestando atenção em tudo em que nós fazemos. Aqui tem muitos vagabundos bons, tipo o dono da favela, que abre

8 Por “movimento” os moradores referem-se ao tráfico de drogas local, englobando nessa denominação genérica tanto os atores humanos em suas variadas funções (traficante, olheiro etc.), quanto o conjunto de atores não-humanos (drogas, armas, dinheiro etc.) que o compõem. Segundo Misse (2007), embora essa denominação tenha aparecido pela primeira vez como jargão do jogo do bicho, hoje ela comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos do mercado local de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e demais áreas da periferia habitadas por populações de baixa renda.



várias oportunidades de curso, patrocina as crianças na quadra para fazer esporte. Ele abriu uma padaria que todos os domingos dá pão para a comunidade. Uma coisa eu digo: as pessoas se sentem mais seguras nas mãos dos bandidos do que nas mãos dos policiais, pois os policiais só chegam na favela esculachando todos os moradores, não quer saber se é morador ou bandido.

Outra característica da favela claramente evocada por essa jovem é a de ser um lugar no qual vigora um controle social permanente, tanto por parte dos traficantes quanto dos demais moradores. É comum dizerem que na favela todo mundo se conhece, que tudo que se diz e se faz nas ruas é alvo da atenção e julgamento dos outros. Para alguns moradores, o “clima de fofoca” de Acari é, juntamente com o aumento da violência gerada pelos confrontos entre policiais e traficantes, uma motivação importante para o seu desejo de “sair da favela”. Embora a fofoca possa ter diferentes funções, inclusive educativa ou de reforço do sentimento de identidade comunitária, geralmente ela é concebida como uma força nefasta que serve para informar a reputação dos moradores, consolidando ou prejudicando a sua imagem pública (FONSECA, 2000)<sup>9</sup>. Ao expressarem seu incômodo, evocam ao mesmo tempo o desejo de garantir seu anonimato nas ruas e a privacidade de sua família, condições que acreditam poder encontrar fora das favelas, pois como me relatou uma moradora, “em bairro as pessoas não ficam te olhando, te controlando”.

Além desse entendimento da favela como espaço da pessoalidade e do controle e do bairro como espaço da impessoalidade e da liberdade, pudemos identificar um sentido moral ainda mais complexo dessas categorias entre os moradores, que pode ser bem exemplificado na afirmação de um antigo morador de que “a favela quem faz é o ser humano”.

Para ele e muitos outros moradores com os quais interagi, são o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que atribuem o caráter de “favela” ao local e o status negativo de “favelados” à sua população. Entre os moradores, a categoria “favelado” possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões,

9 Ao tratar das relações de gênero na Vila do Cachorro Sentado, em Porto Alegre, a autora mostra que enquanto a categoria “respeito” revela o papel da força masculina na rede de trocas simbólicas na favela, a “fofoca” é o contrapeso feminino. Embora considere diferentes contribuições da literatura antropológica para compreender este fenômeno, observa, no seu campo, a pertinência da sua função de controle moral, vista geralmente pelos moradores como algo negativo.

andar malvestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, “praticar tudo de errado”. Nessas diferentes definições, fica claro que a qualidade de ser pobre não se equipara à qualidade de ser favelado, visto que a segunda forma de classificação não está ligada à sua condição social, mas a certos valores morais.

Segundo o presidente de uma das Associações de Moradores de Acari, porém, o que distingue favela e bairro é apenas uma diferença de poder aquisitivo de seus habitantes. Falando em nome dos moradores, argumentava que “nós somos iguais aos moradores de Copacabana, porque temos o mesmo atendimento da Comlurb, da Light, da Cedae...”. Para ele, “o problema é que o favelado já se vê diferente do cara que mora no bairro”. Embora rejeitasse a oposição favela/bairro, mostrando que “a diferença é apenas social”, descrevia formas distintas de os moradores destes espaços lidarem, por exemplo, com os equipamentos públicos. Relatou-me, por exemplo, que enquanto no bairro um telefone público não é depredado pelos seus próprios moradores, na favela ele seria destruído imediatamente após sua instalação por crianças ou traficantes temerosos de que os moradores o utilizassem para fazer denúncias, acionando a polícia. Embora considere em seu exemplo aspectos que diferenciam ambos os contextos, como a condição social de seus habitantes, ao final de sua fala acaba admitindo que “o que existe é diferença de tipos de pessoas”. Para outra moradora, é tanto a presença do “movimento” quanto a de uma minoria de moradores que exibem hábitos e comportamentos depreciativos que atribuem a Acari uma imagem pública negativa. Indignada com os discursos preconceituosos que tendem a homogeneizar sua população, ela dizia que “a favela é suja por causa de alguns moradores, e quem não tem nada com isso também sofre as consequências”.

A distinção entre os moradores de baixa renda e aqueles considerados “favelados” torna-se explícita em certas situações. Por exemplo, quando algum dos pavilhões da Ceasa<sup>10</sup> é incendiado, atraindo moradores de diversas regiões pobres da cidade para recolherem alimentos e objetos diversos junto aos escombros, acontecimento que costuma ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa. Quando dentre essas pessoas que para lá se dirigem há moradores de

10 A Central de Abastecimento do Rio de Janeiro localiza-se do outro lado da Avenida Brasil em relação ao Bairro, acolhendo um grande número de trabalhadores que residem em Acari.



Acari, tal fato é visto pelos demais moradores, sobretudo os de Parque Acari, como “vergonhoso”, atribuindo essa atitude a um modo de vida favelado que contribui para uma desvalorização da localidade. Pois, como me afirmou uma moradora, “são essas pessoas que fazem isso aqui ser favela”.

Diante dessa conotação pejorativa, cabe notar que praticamente nenhum morador com o qual mantive contato se autodenominava como “favelado”. Essa categoria era sempre utilizada para se referir ao outro. Apenas alguns moradores antigos se autorreferiam dessa forma, mas apenas em situações muito particulares, com o intuito de resgatar a história da favela e exibir seu orgulho diante dos sacrifícios enfrentados para a sua consolidação e permanência no local. Num uso ainda mais complexo da categoria, uma antiga moradora me dizia que se considerava “favelada” apenas enquanto estava na favela, dizendo comportar-se diferentemente quando estava em áreas consideradas mais nobres, o que era evidente nessa sua fala: “Aqui eu sou favelada, vivo no meio de favelados. Lá fora eu sou outra pessoa”. A diferença na maneira de falar, vestir-se e se expressar corporalmente dentro e fora da favela era tal que a moradora alegava ter “duas personalidades”.

Certamente, essa concepção moral dos termos “favela” e “favelado” está associada ao estigma produzido historicamente em relação a estes espaços urbanos e seus habitantes, isto é, à concepção da favela enquanto espaço estigmatizante. Conforme indiquei no início do artigo, o próprio termo “favela” vem, ao longo do tempo, adquirindo um caráter depreciativo, uma vez que em torno desses espaços se construiu no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade, que se refletiam nas ações do poder público neles empreendidas e na consequente estigmatização de seus habitantes como pobres, violentos e marginais em potencial. Conforme sintetiza o desabafo de uma moradora, expressando as consequências sociais e psicológicas dessa estigmatização: “Falam que as pessoas que moram em favelas são favelados, são viciados; falam que gente da favela é tudo bandido. Toda favela tem droga, mas eu me sinto muito mal com isso”.

No célebre livro de Goffman (1982), o autor afirma que o estigma está relacionado com a existência de expectativas que norteiam as relações sociais. Quando entramos em contato com um estranho, os primeiros aspectos

nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, ou seja, a sua identidade social. No entanto, sem que nos apercebamos, transformamos essas pré-concepções em expectativas normativas, fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo à nossa frente deveria ser. Assim, demandamos por uma “identidade social virtual”, baseada em nossas expectativas normativas, em detrimento de sua “identidade social real” (*ibid.*, p.12). A estigmatização ocorre quando um dos grupos ou indivíduos envolvidos numa relação social possui um atributo não previsto e considerado negativo pelo outro. Dessa forma, estigma designa, para Goffman, “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (*ibid.*, p.7).

A respeito do morador de favela, Gondim (1982) indica que o estigma não se esgota na mera situação geográfica, mas está associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação na política habitacional<sup>11</sup>. Esse estigma, associado à pobreza e ao crime, afeta os mais diversos aspectos da vida dos moradores, como a busca por empregos, o envolvimento amoroso, a relação com a polícia, ou a simples aproximação com outras pessoas. Visando amenizar esse estigma, a categoria “comunidade” parece evocar, tanto para os representantes do poder público quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável.

Em Acari, quando as agentes comunitárias aludiam nas reuniões com moradores à origem do termo favela<sup>12</sup>, dizendo que “favela é planta”, elas tentavam desviar-se do seu aspecto estigmatizante. Em lugar desta terminologia, as agentes optavam por “comunidade”, estando assim em consonância com a forma atual com que os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil que vêm se proliferando nessas localidades se referem a esses espaços urbanos. Além disso, “comunidade” é também um termo comumente utilizado pelos moradores para se referirem à localidade em que vivem, assim como para definir o grau de pertinência dos indivíduos a ela, ou seja, distinguindo os que são ou não “da comunidade”. Uma líder comunitária de Parque Acari, por exemplo, justifica sua preferência por este termo por considerar que “favela é um nome muito pesado”, defendendo inclusive a sua extinção do nosso vocabulário urbano.

11 “Se existe um estigma para os pobres em geral, no sentido de uma classificação por atributos negativos associados à sua condição social, então a situação de morar em favela é vista como um adicional a esses atributos e o favelado é duplamente estigmatizado. O fato de se encontrarem numa situação ilegal com relação à propriedade da terra que ocupam torna os favelados muito mais vulneráveis à intervenção estatal do que outros grupos de baixa renda, como por exemplo os moradores de conjuntos habitacionais e de loteamentos periféricos” (GONDIM, 1982, p. 32).

12 Segundo Medina (1964), o nome favela provém de uma planta picante que cobria os morros que circundavam Canudos, no Nordeste, e foi esse nome que soldados sobreviventes da guerra de Canudos deram ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde se instalaram quando vieram à capital da República solicitar apoio e assistência do governo, em 1900. O nome rapidamente se generalizou, passando a designar todas as formas de aglomerações de moradias com características semelhantes.

Em vez de considerar “favela” e “comunidade” como categorias estáticas, deve-se compreender a forma como são operacionalizadas pelos atores, sendo seus sentidos construídos e reconstruídos dinamicamente no cotidiano de suas interações sociais. Foi assim que percebi, ao longo do trabalho de campo, que, entre os moradores, “comunidade carente” e “favela” são expressões que oscilam, frequentemente utilizadas para ressaltar aspectos negativos de Acari. No caso da primeira, quando se buscava acentuar a pobreza e uma carência generalizada (“Aqui falta tudo”), denunciando uma situação de “abandono” da localidade por parte do poder público. No caso da segunda, quando, além desses aspectos, se enfatizavam as diferentes formas de violência incitadas pela presença do tráfico de drogas armado nessas localidades, associando-as à noção de perigo.

Essas imagens são utilizadas sobretudo por moradores que comporiam aquilo que Silva (1967) designou como “burguesia favelada” – grupo de pessoas que monopoliza o acesso, controle e manipulação dos recursos econômicos e das decisões e contatos políticos na localidade –, em situações que envolvam alguma negociação para obter benefícios para seu grupo social. Por exemplo, quando um líder local recebe visitas de autoridades e políticos, especialmente em período pré-eleitoral, ele exhibe aos visitantes os cantos mais sujos e precários da “favela”, aludindo a uma explícita negociação de troca. Em prol de melhorias em termos de serviços públicos e assistência social (e, às vezes, também em favor de interesses pessoais), os líderes prometem uma retribuição nas urnas, tornando-se importantes cabos eleitorais na localidade<sup>13</sup>. Por sua vez, entre políticos e representantes do poder público, “comunidade carente” e “favela” são categorias utilizadas em situações de negociação semelhantes, isto é, quando pretendem ressaltar a necessidade de benfeitorias (realizadas ou prometidas) nessas localidades e justificar intervenções de enfrentamento do tráfico de drogas.

Por outro lado, a imagem idealizada de um grupo homogêneo e coeso – sugerida pelo sentido tradicional do conceito de comunidade – era mais utilizada pelos moradores quando queriam ressaltar aspectos positivos de Acari, tal como o presidente da Associação de Moradores que, tentando impressionar os visitantes, exibia orgulhoso seus feitos pela “comunidade”. Com efeito, ao se referirem a Acari como “comunidade” os moradores buscavam produzir uma imagem pública positiva, desvinculada

13 Nem sempre esta retribuição se dá nas urnas, pois, como dizem os moradores, após as eleições os políticos tendem a “esquecer a comunidade”. Como nos afirmou um líder local que desistiu de trabalhar em campanhas para políticos por perder a confiança neles, “o povo não é burro e tá cansado de ser enganado”. Assim, como já dizia Medina (1964, p.88), tal situação muitas vezes não passa de uma simulação, em que “o eleitor diz que vai votar mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos”.



do estigma homogeneizante já inculcido na própria noção de favela. O uso eufemístico do termo não confronta, todavia, o estigma, mas apenas indica uma relação de cortesia, necessária, no curso das trocas sociais que se passam com aqueles que não podem se desfazer de suas marcas (BIRMAN, 2008)<sup>14</sup>. De modo similar, a prefeitura vem optando por este termo como a forma politicamente correta de aludir a essas localidades e seus moradores, mantendo, entretanto, o dogma de sua especificidade. Conforme destaca Valladares (2005), apesar da existência de diferenças entre as favelas e dentro delas – dado que os poderes públicos não ignoram – é sempre mais eficaz prever um alvo homogêneo ao qual corresponderão exatamente programas especiais, capazes de resolver problemas sociais bem identificados. A permanência da expressão “população de baixa renda”, empregada desde os anos 1960 até o atual Programa Favela-Bairro testemunharia, segundo a autora, também essa tendência.

Desse modo, nota-se que tanto a denominação de Acari como “favela” quanto “comunidade”, assim como as distinções entre “favela” e “bairro”, resultam de habilidosas negociações entre os moradores e os “de fora”, dependendo sempre dos elementos em jogo nas interações e da dinâmica das situações. No âmbito da intervenção do Programa Favela-Bairro, interpretamos o “trabalho educativo” das agentes comunitárias como uma tentativa de por à prova o sistema classificatório dos moradores, seduzindo-os a adotar os significados evocados pela prefeitura, atividade que pode ou não ser bem-sucedida, uma vez que os nativos aqui não são passivos figurantes, mas negociadores fundamentais nessa “política do significado” (GEERTZ, 1989).

14 Além da intenção de evitar mencionar a identificação, por aquele que fala, sobre o lugar estigmatizante da favela, o uso do termo “comunidade” pode expressar também, segundo Birman (2008), as intenções de identificar a favela com o ideal de harmonia e de tradição, de colocar em relevo experiências pessoais positivas associando-as aos lugares de ocorrência e, ainda, de mostrar “o outro lado” desses territórios, que se mostra contrário e mesmo antagônico à visão totalizante que os identifica “de fora”.



## Referências:

- BIRMAN, Patrícia. (2008), “Favela é comunidade?” Em: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BRIGGS, Asa. (1972), “O conceito de lugar”. Em: A Humanização do Meio Ambiente. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo, Cultura.
- BURGOS, Marcelo Bauman. (1998), “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, Alba [e] ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro, FGV.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de; CHEIBUB, Zairo Borges; BURGOS, Marcelo Bauman [e] SIMAS, Marcelo. (1998), Cultura política e cidadania: Uma proposta de metodologia de avaliação do Programa Favela-Bairro. Rio de Janeiro, Finep/SMH-Rio/Iuperj.
- DAMATTA, Roberto. (1987), A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco.
- FONSECA, Cláudia. (2000), Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- FREIRE, Leticia de Luna. (2005), Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari. Dissertação (mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GEERTZ, Clifford. (1989), A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC.
- GOFFMAN, Erving. (1982), Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar.
- GONÇALVES, Rafael Soares. (2007), La construction historique d'un objet juridique: Les favelas de Rio de Janeiro de la fin du siècle à nos jours. Tese (doutorado), Université de Paris VII, Denis Diderot.

- GONDIM, Linda Maria. (1982), “A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro”. Em: Revista de Ciências Sociais, Vol. 12/13, no 1/2. Fortaleza, Edições UFC.
- JACOBS, Jane. (2000), Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes.
- KANT DE LIMA, Roberto. “Carnavais, malandros e heróis: O dilema brasileiro do espaço público”. Em: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Lúvia [e] DRUMMOND, José Augusto. (2001), O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois. Rio de Janeiro, FGV.
- LATOUR, Bruno. (2000), Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, Unesp.
- LEEDS, Anthony [e] LEEDS, Elizabeth. (1978), A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro, Zahar.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1967), “A política na favela”. Cadernos Brasileiros, no 41, maio/junho.
- MEDINA, Carlos Alberto. (1964), A favela e o demagogo. São Paulo, Martins.
- MELLO, M. A. S.; VOGEL, A. (1983), “Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi”. Arquitetura Revista, Vol.1, no1, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno *et alii*. (1981), Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro, Ibm.
- MISSE, Michel. (2007), “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. Estudos Avançados, no 21(61).
- PERLMAN, Janice E. (1977), O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (2003), *Das remoções à Célula Urbana: Evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Informativo habitação: Favela-Bairro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Habitação, Junho.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo.
- \_\_\_\_\_. (1990), *Lei Orgânica Municipal*. Rio de Janeiro, 5 de abril.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981), *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SILVA, Maria Laís Pereira da (2005), *Favelas Cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- SIMÕES, Soraya Silveira. (2008), *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense.
- SOUZA, Marcos Alvito Pereira de (2001), *As cores de Acari*. Rio de Janeiro, FGV.
- VALLA, Victor Vincent. (1986), *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Editora Vozes/Abrasco.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (1978), *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005), *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. [e] MEDEIROS, Lídia. (2003), *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: 1906-2000*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Faperj/Urbadata.